

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.978 - MG (2019/0300655-7)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : OSMARIO GUEDES DE CARVALHO JUNIOR (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de OSMARIO GUEDES DE CARVALHO JUNIOR, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl. 72):

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO. REEDUCANDO CONDENADO A PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENÇÃO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. RECONVERSÃO DAS PENAS SUBSTITUTIVAS. NECESSIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DAS PENAS ALTERNATIVAS. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PROVIDO.

- A conversão das penas restritivas de direitos em privativa de liberdade é medida que se impõe em casos em que não é possível a execução simultânea das sanções corporal e substitutiva, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Consta dos autos que o Tribunal de origem, ao analisar recurso de agravo em execução do *Parquet* Estadual, deu-lhe provimento, para reformar a decisão de primeiro grau, determinando a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

No presente *writ*, alega a impetrante, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal, em razão da conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

Assevera que *a conversão das penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade pelo juízo da Execução Penal encontra-se limitada, única e exclusivamente, pelo eventual descumprimento injustificado de qualquer das obrigações impostas* (fl. 7).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão impugnado até julgamento final do *writ*. No mérito, anulação do acórdão impugnado para suspender as *penas restritivas até o implemento do*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*estágio compatível com a simultaneidade de cumprimento das reprimendas exequendas.*

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de anulação do acórdão combatido é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator